

Cz\$ 95 bi, o déficit para 87

Governo envia ao Congresso orçamento com Cz\$ 581 bi de receita

JULIO ALCANTARA



Sayad e seus técnicos anunciam o orçamento. No quadro, uma charge dele próprio

O Presidente da República encaminhou, ontem, ao Congresso, o projeto do Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1987, fixando receita e despesa em Cz\$ 591,845 bilhões, dos quais Cz\$ 556,653 bilhões constituirão a receita do Tesouro e Cz\$ 35,192 bilhões as receitas de outras fontes, incluindo entidades da administração direta e fundações. As chamadas estatais não-produtivas receberão Cz\$ 32 bilhões do Tesouro e as estatais produtivas terão transferidos Cz\$ 107 bilhões.

O "déficit" orçamentário, reestimado para este ano que em Cz\$ 190,0 bilhões no projeto de apropriação do excesso de arrecadação, ora no Congresso, foi reduzido para Cz\$ 95,3 bilhões correspondendo a 2,5 por cento do PIB/87, estimado em Cz\$ 3,8 trilhões. Na versão inicial, o "déficit" se aproximava de Cz\$ 150,0 bilhões, mas a pressão do Ministério da Fazenda e do Banco Central levou o Ministério do Planejamento a promover um novo corte nas despesas, inclusive das prioridades sociais, até reduzi-lo a um valor absorvível sem pressões inflacionárias e de demanda.

De acordo com o ministro do Planejamento, João Sayad, o "déficit" de Cz\$ 95,3 bilhões será financiado com Cz\$ 14,0 bilhões de base monetária (emissão direta de moeda); Cz\$ 20,0 bilhões de colocação líquida de títulos públicos e Cz\$ 61,3 bilhões de "floating", ou seja, despesas autorizadas porém não efetivamente pagas, cujos valores são contabilizados para efeito de financiamento do "déficit". Trata-se, em resumo, de uma postergação do próprio "déficit". Sayad não considera exagerado esse montante, afirmando que o "floating" em geral, corresponde de 10 a 15 por cento da receita. Neste caso, ela representa 12 por cento da receita da União.

INFLAÇÃO ZERO

Como se previa, ao elaborar a proposta orçamentária para o corrente ano o Governo trabalhou com a hipótese de uma inflação zero. A receita tributária que este ano somará, pela última reestimativa, Cz\$ 274,5 bilhões, chegará em 1987 a Cz\$ 306,6 bilhões, com um acréscimo real de 12 por cento, dos quais 7 por cento correspondem ao crescimento do PIB e os 5 por cento restantes a eventuais ajustes de receita. Deste montante, cerca da metade — Cz\$ 155,2 bilhões — corresponde à arrecadação do Imposto de Renda, que terá um acréscimo real de 10 por cento e Cz\$ 77,2 bilhões ao IPI, cujo aumento real será de 13 por cento.

Na receita de contribuições, no montante de Cz\$ 69,5 bilhões (+ 14 por cento) destaca-se a arrecadação por conta do Fin-social, com Cz\$ 25,0 bilhões (+ 9 por cento). Nas receitas de capital, salienta-se o item operações de crédito externas, com Cz\$ 48,4 bilhões e um acréscimo real de 223 por cento, explicado pelo ministro do Planejamento como decorrência da incorporação, ao orçamento, dos dispêndios destinados ao pagamento do serviço da dívida externa.

Na despesa, o item pessoal e encargos sociais manteve-se no mesmo nível deste ano — Cz\$ 105,0 bilhões — tendo o ministro do Planejamento explicado que não houve alocação de recursos

nem para o pagamento do 13º salário aos servidores federais nem para financiar eventual reajuste. Sayad disse que, ao definir uma inflação zero, o Governo não poderia projetar uma despesa superior à deste ano.

"Contudo, o secretário da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) — órgão da Seplan, explicou que, se por acaso registrar-se algum resíduo inflacionário e for necessário reajustar os vencimentos dos servidores federais, esse aumento será tão pequeno que poderá ser atendido pela reserva de contingência, estabelecida em Cz\$ 8,0 bilhões. Na hipótese, que ele considera pouco provável, de uma inflação bem maior, haverá também uma receita maior, gerando recursos para atender a um aumento substancial dos funcionários federais.

Entre encargos e amortizações da dívida externa e interna os dispêndios alcançarão Cz\$ 127,2 bilhões, enquanto as transferências para Estados e Municípios somarão Cz\$ 100,0 bilhões, com um acréscimo de 13 por cento sobre os Cz\$ 88,2 bilhões previstos para o corrente ano. Na comercialização de produtos agrícolas o Governo gastará Cz\$ 32,4 bilhões, contra uma previsão de Cz\$ 49,4 bilhões este ano. Nesta previsão, aliás, estão excluídos os subsídios à formação de estoques reguladores e à comercialização do trigo.

O item "Outras Despesas Correntes e de Capital", que envolve transferências de recursos fiscais para o orçamento das empresas estatais, inclusive as do setor produtivo, foi fixado em Cz\$ 107,1 bilhões, com uma redução de 12 por cento sobre os Cz\$ 120,2 bilhões sobre os valores registrados este ano.

PRIORIDADES SOCIAIS

O Governo anunciou uma destinação de Cz\$ 76,6 bilhões de recursos orçamentários para financiar o programa de prioridades sociais, com um acréscimo de 51 por cento sobre os Cz\$ 50,7 bilhões previstos para o corrente ano. A maior parcela ficará com os programas de abastecimento (Cz\$ 25,6 bilhões), seguido dos programas de alimentação (Cz\$ 10,1 bilhões). Valores menores foram destinados aos programas de saúde, saneamento, educação, habitação e melhorias urbanas, reorganização e reforma agrária, transporte urbano de massa, irrigação, projeto Nordeste e Justiça e assistência social.

O ministro do Planejamento não quis confirmar se ocorreram cortes nas dotações inicialmente previstas para os programas sociais, preferindo ressaltar o superávit de Cz\$ 13,8 bilhões registrado nas contas correntes do orçamento, representado pela diferença entre as receitas correntes de Cz\$ 412,9 bilhões e as despesas correntes de Cz\$ 399,1 bilhões.

EMENDA CALMON

Para o ministro da Educação, que recebeu a segunda maior dotação, logo após os Transportes, houve a preocupação de cumprir a Emenda Calmon, que obriga o Executivo a aplicar 13 por cento de sua receita de impostos no ensino. A emenda fora ignorada pelo governo Figueiredo, mas aplicada, desde o ano passado, pelo primeiro orçamento elaborado no governo Sarney.